

O salto da inclusão financeira da baixa renda e suas sequelas

Inclusão financeira abriu o mercado de crédito para largas parcelas da sociedade, mas tem como principal efeito colateral o endividamento

Por Pedro Cafardo

Valor, 22/10/2024

Há duas semanas, Carlos B, um publicitário de São Paulo, foi almoçar em Pinheiros, deixou o carro em um estacionamento ao lado do restaurante e, ao sair, tentou pagar a conta ao manobrista com uma nota de R\$ 20. “Desculpe, senhor, mas não aceitamos dinheiro; o senhor poderia pagar com pix ou cartão?” Carlos fez um pix, mas ficou se perguntando: “Estão extinguindo o dinheiro?”.

Esse caso é um simples sinal do avanço da inclusão financeira da sociedade brasileira, mas não apenas nas classes mais abastadas. O processo de inclusão avançou de forma extraordinária para as pessoas de baixa renda nas últimas duas décadas. Um estudo feito por quatro pesquisadores da FGV* e pelo Banco Central mostra que 92% dos adultos brasileiros de baixa renda têm acesso a contas correntes e a sistemas de pagamento.

Tópicos da inclusão

92% dos adultos de baixa renda

têm conta bancária; regulamentações, inovações e transferências de renda aprimoraram a inclusão

Transferências de renda atingem **1,5% do Produto Interno Bruto (PIB)**

90% dos beneficiários do BF

possuem pelo menos uma chave Pix, que facilitou a competição entre incumbentes e fintechs

37% da renda dos beneficiários

é destinada ao pagamento de empréstimos

Estrutura regulatória

permitiu entrada de novos participantes no mercado

22% a 25% dos beneficiários tinham pelo menos um empréstimo em inadimplência em 2022

60 milhões de adultos,

de 21,3 milhões de famílias, estão no CadÚnico, espelho da baixa renda no país

Quase toda a renda dos 10% mais endividados

está comprometida

Benefício médio mensal do BF

está em R\$ 670 e teve aumento real de 135% de 2019 a 2023

Superendividamento

é ameaça potencial mais importante neste momento

Lauro Gonzalez, um dos autores do estudo, observa que três fatores foram importantes para esse avanço da inclusão.

O primeiro foi a evolução da regulação, sob a liderança do Banco Central, com um conjunto de medidas que aprimoraram o funcionamento do mercado de serviços financeiros. A criação de instituições de pagamento, por exemplo, ampliou a concorrência no setor. Mais

recentemente, o lançamento do Pix reduziu os custos de transações para pagamentos, fato extremamente positivo para a população de baixa renda. Entre os beneficiários do Bolsa Família, 90% têm pelo menos uma chave Pix.

O segundo fator foram os avanços tecnológicos que ampliaram a capacidade de atuação das instituições que oferecem serviços financeiros, com efeito positivo para a concorrência. Instituiu-se, por exemplo, o compartilhamento de informações, o relatório de crédito positivo e a portabilidade de crédito.

Avanço importante foi a adoção do Cadastro Único (CadÚnico), registro de todas as famílias vulneráveis/pobres que recebem qualquer tipo de benefício do governo - o critério básico para a inscrição é ter renda familiar abaixo de meio salário-mínimo por pessoa por mês. O cadastramento é obrigatório para Bolsa Família, pensão não contributiva para maiores de 65 anos (BPC), desconto na conta de luz, isenção de taxas de serviços públicos etc. O CadÚnico passou a ser usado como uma espécie de espelho da baixa renda no país, registro que, obviamente, exige atualização e fiscalização permanentes para combater fraudes.

O terceiro fator, também muito importante, foi o aumento dos recursos destinados a transferências de renda. O destaque pertence ao Bolsa Família, que teve valores triplicados de 2019 a 2023. Essas transferências, para cerca de 61 milhões de adultos, de 21,3 milhões de famílias, representaram 1,5% do PIB no ano passado. Com isso, segundo Gonzalez, a população de baixa renda passou a ter um fluxo de renda mensal muito mais robusto, o que aumentou o interesse das instituições financeiras em servir a esse público.

Esse processo foi positivo para economia em geral e incluiu no mercado de crédito largas parcelas da sociedade brasileira. Mas a principal ameaça potencial desse avanço, seqüela da inclusão financeira, é o endividamento.

Lauro Gonzalez observa que vários dos serviços oferecidos, principalmente de crédito, têm colaborado para aumento do comprometimento de renda e do superendividamento entre os beneficiários de programas sociais, caso do Bolsa Família. Ou seja, a dimensão qualidade tem ficado para trás.

O economista sugere que é preciso continuar aprimorando a regulação e cita como exemplos negativos os casos das ofertas indiscriminadas de cartões de crédito ou de crédito consignado. Hoje, o comprometimento de renda dos beneficiários do Bolsa Família é de 37%, ou seja, para cada R\$ 100 de renda, R\$ 37 são direcionados ao pagamento de amortização e juros de dívidas.

“Os efeitos do crédito podem acabar sendo negativos para o bem-estar se jogarem os beneficiários do BF para uma espiral de superendividamento”, alerta o economista. O alerta se tornou mais importante depois que o Banco Central revelou que bolsistas gastaram R\$ 3 bilhões em apostas nas bets em um único mês, agosto.

*** Adrian K. Cernev, Eduardo H. Diniz, Lauro Gonzalez, Rafael Schiozer, com a colaboração dos departamentos de Cidadania Financeira (Depef) e Pesquisa (Deped) do Banco Central do Brasil**
Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br